



O PROJETO DE ASSENTAMENTO JOÃO AMAZONAS: impactos e desafios

Lucas Oliveira Morais
Universidade Federal de Sergipe

Marco Antonio Mitidiero Junior
Universidade Federal da Paraíba

INTRODUÇÃO

“a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa pra viver. O resultado tem sido um território em disputa!”
Eliane Tomiasi Paulino & Rosemeire Aparecida de Almeida. Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.

A realização da Reforma Agrária no Brasil continua sendo uma lenda na vida política e econômica brasileira. Ou seja, nos últimos anos o arrefecimento nas formas de atuação e a espacialização dos movimentos sociais no campo exigiram dos diferentes governos o assentamento das famílias em luta pela terra. Portanto, não são as políticas públicas de reforma agrária que caracterizam a questão agrária contemporânea, mas sim, a organização da luta pela terra. O caso de Sergipe não se diferencia dessa triste realidade nacional, e o acesso a terra se dá, na maioria das vezes, por meio de intensas lutas dos camponeses organizados pelos Movimentos sociais rurais que atuam no campo Sergipano.

Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural no Estado de Sergipe. A luta de diversas famílias camponesas não acaba com a implantação de um assentamento, a partir desse momento a luta também se faz necessária para que seja possível enfrentar os novos desafios e conseguirem se estruturar como famílias de pequenos produtores. A luta também se direciona em busca de que as necessidades e novas demandas criadas juntamente com a implantação sejam atendidas, pois sabe-se que são grandes essas transformações e importantes. Pois a reforma agrária não consiste apenas em desapropriações locais (MARTINS 1986) é necessário que seja proporcionado as famílias assentadas uma infra-estrutura que permitam-lhes consolidarem-se como produtores rurais, como podemos ver no trecho a seguir:

cabe ainda salientar que não basta somente que haja a distribuição de terras, é necessário também que seja oferecido recursos que auxiliem os assentados o trabalho e desenvolver a sua terra, e que haja acompanhamento técnico para o seu desenvolvimento. (MORAIS & MITIDIERO JR, 2010:8)

O Projeto de Assentamento João Amazonas o qual é o objeto de estuda dessa pesquisa localiza-se no município de Lagarto, Centro-sul do estado de Sergipe distando a 84 km da capital, valido destacar que dentro desse município existem mais de 20 assentamentos, oriundos da luta pela terra realizada por diversos camponeses desprovidos de terras que enfrentaram o latifúndio buscando a realização do sonho de ter acesso a um pedaço de terra, para neste poder trabalhar com sua família e daí retirar uma renda que garanta sua sobrevivência a reprodução, fazendo assim que uma terra ociosa, que funcionava somente como reserva de valor possa exercer sua função social que é produzir.

Além de observar os impactos que esse assentamento provocou, buscamos ainda destacar as principais dificuldades que essas famílias assentadas enfrentaram e continuam enfrentando nessa nova luta de deixou de ser pela terra, para ser na terra, pois agora a luta dessas famílias é para se consolidarem como produtores rurais. No estudo desenvolvido observou-se também a relação estabelecida dos camponeses com a terra, que não está no fato de ter a terra em si, mas de poder trabalhar e produzir nesta, pois:

O ato de tornar a terra antes improdutiva, em terra produtiva tem, antes de mais nada, o sentido de tomada de posse. Não mais numa posse fundamentada no título privado da terra, mas legitimada pela ocupação efetiva do território, pelo trabalho dispensado naquele espaço, legitimada pelo ato de transformação da terra improdutiva em terra produtiva, (BRENNEISEN, 2004:26)

Ou seja, a posse da terra para o camponês está no fato dele ter um pedaço de terra para produzir e desta retirar uma renda que garanta a reprodução familiar, a simbologia da terra é de grande importância para os camponeses, e não no título da propriedade privada da terra.

OBJETIVOS

O desenvolvimento dessa pesquisa teve como um dos seus objetivos, analisar as políticas de assentamento de Sem Terra e a importância da pequena produção na vida econômica, política, social e cultural, especificamente no município de Lagarto-SE.

Propusemos ainda analisar as transformações sócio-territoriais ocorridas na área conquistada após o assentamento das famílias e as formas de gestão do território planejadas ou efetivadas pelos assentados e o seu embate frente às formas impostas pelas políticas públicas, visto que essas não consideram as especificidades de cada projeto de assentamento, são modelos prontos que são lançados para os assentados que devem adaptar-se a estes, e quando não conseguem são responsabilizados pelo insucesso.

Objetivamos também reafirmar a tese teórica de reprodução do campesinato e do trabalho familiar no desenvolvimento capitalista brasileiro a partir da organização da luta pela Reforma Agrária. Essa discussão do campesinato enquanto classe social é um dos alicerces que fundamenta o rol de hipóteses centrais da pesquisa a qual este trabalho encontra-se vinculada, uma das quais está assentada na premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo¹ e é uma classe social também deste modo de produção, o que permite compreender, entre outras coisas, a existência lado a lado dos grandes proprietários, dos pequenos proprietários e do movimento de sem terra em luta por um “pedaço de chão”.

A luta empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) juntamente com outros órgãos que atuam na luta pela terra em Sergipe, conseguiu uma importante vitória quando um convênio foi estabelecido entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Sergipe (Seagri), em 2008, apresenta-se como uma nova forma de gestão pública de conflitos fundiários. A estratégia de se utilizar do dispositivo legal de desapropriação por utilidade pública encaminhada pelo Estado e não pelo Governo Federal, pode facilitar a desapropriação de terras para reforma agrária, geralmente atravancada na esfera federal. Além disso, tal convênio e o uso de tal dispositivo legal possibilita a desapropriação de áreas de pequenas dimensões, sendo estas impedidas de

¹ Apesar de o campesinato ser uma relação não-capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção. (PAULINO & ALMEIDA. 2010:29), Ou seja, o modo capitalista de produção carrega consigo a necessidade constante da reprodução camponesa, sua manutenção só se estabelece reproduzindo também o processo de produção do capital. Ou seja, ele “permite” que relações não-capitalistas coexistam com ele, configurando-se, portanto, como um modo contraditório de produção.

desapropriação pela União, indicando a possibilidade de ampliação do número de assentamentos em Sergipe. Estes então aparecem como a face moderna da organização civil. É produto direto da luta pela terra, por isso surgem novos lugares de resistência à expansão das desigualdades sociais levadas a cabo pelo sistema capitalista de organização da produção.

OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada na investigação dividiu-se em três frentes de coleta de dados: investigação bibliográfica, trabalho de campo e interpretação, correlação e análise crítica dos dados. Durante a primeira fase nos debruçamos sobre diversos temas que nos ajudassem a analisar nosso objeto de estudo, fazendo inúmeras leituras, fichando e discutindo juntamente com o Orientador e com os demais integrantes do grupo de pesquisa.

O trabalho de campo foi uma ferramenta de pesquisa essencial na coleta de dados junto ao assentamento, pois permitiu a observação da estrutura do mesmo, bem como algumas relações produzidas neste território, e ainda nesse momento através de entrevista com alguns moradores deste PA conseguimos levantar importantes informações a respeito do mesmo. A interpretação das informações coletadas na pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo foi verificada com o apoio de colóquios entre o coordenador da pesquisa e os demais integrantes do grupo o que foi de suma importância para o melhor entendimento a cerca do nosso objeto de estudo.

RESULTADOS PARCIAIS

O projeto de Assentamento João Amazonas assim como a grande parte dos assentamentos rurais que grafam a paisagem rural sergipana são produtos da organização da luta pela terra em movimentos sociais². Pois não existe uma política de reforma agrária efetiva, o que acontece é que vários assentamentos são criados pelo Governo tendo como principal objetivo estratégico minimizar as manifestações imediatas representadas pelos acampamentos e ocupações de terras, realizando o assentamento das famílias sem proporcionar condições para que estas se tornem pequenos produtores. O ultimo censo agropecuário divulgado pelo IBGE mostra que o Estado de Sergipe não foge a regra no que diz

² Esse fato também foi destacado por FERNANDES quando o coloca que “a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da reforma agrária, as ocupações tem sido a principal forma de acesso á terra”. (2001:21) a ocupação também é uma estratégia utilizada pelos movimentos sociais para chamar a atenção da mídia para os problemas da estrutura fundiária brasileira.

respeito à estrutura fundiária brasileira, isto é, esta concentrada nas mãos da oligarquia rural que representa uma ínfima parte da população, enquanto muitos camponeses sem terra lutam por uma fração do território para colocá-lo a produzir alimentos. Apesar de ter ocorrido uma redução no índice de GINI de Sergipe caindo de 0,846, em 1996, para 0,821 em 2006, o estado saiu do terceiro mais concentrado do nordeste para o sétimo, porém no Brasil ainda ocupa o 13º lugar.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, 86% dos estabelecimentos no Brasil ocupam 21,4% das terras, ao passo que 0,9% dos estabelecimentos controlam 44,4% das terras. Como se pode observar, os níveis de concentração de uso pouco diferem dos níveis de concentração da propriedade, o que reafirma o monopólio fundiário existente no Brasil (PAULINO & ALMEIDA. 2010:13).

O desenvolvimento dessa pesquisa constatou que o assentamento está longe de constituir um lugar sem contradições, já que diversas tensões são geradas, como: a falta de organicidade do movimento social envolvido após o assentamento das famílias; as lutas internas travadas dentro do assentamento entre grupos de opiniões e concepções divergentes; a aceitação ou a repulsa ao planejamento imposto pelo governo e a relação das famílias assentadas com a burocracia estatal na liberação dos créditos e financiamentos; a perpetuação da situação de miserabilidade no lote conquistado pela família; as divergências na organização da produção, etc. Assim, esta organização da luta pela terra gera, freqüentemente, pequenas remodelações no território nacional através do assentamento das famílias em luta. O assentamento emerge diante de um território antes caracterizado pelo latifúndio improdutivo, pela terra abandonada, inativa, vazia. O projeto de assentamento governamental, levado a cabo pela contestação pública gerada pelos sujeitos sociais organizados traz novas características ao território. O lugar, a região e as redes de relações que surgem a partir do povoamento pelos assentados do antigo latifúndio improdutivo dinamizam partes do território brasileiro.

Verificamos ainda que a presença dos assentamentos em determinadas regiões dinamiza social, política, cultural e economicamente pequenas frações do território nacional. As relações entre os assentamentos e as cidades próximas (relação cidade × campo) geralmente indicam um grande aumento nas relações econômicas no comércio de bens de consumo e na venda de produtos produzidos pelos assentados, aumentando a arrecadação do município. Este é um forte indicativo de geração e distribuição de renda. E acontece entre o PA João Amazonas e a cidade de Lagarto-SE desde a implantação do mesmo, pois houve uma grande movimentação no comércio na medida em que os créditos foram liberados, nos supermercados para abastecer as mesas de suas casas, e depois de um período as feiras que passaram a receber seus produtos, o que barateou alguns preços beneficiando a população em geral.

Foi visível e destacado, com bastante ênfase, pelos assentados várias dificuldades pelas quais estes continuam passando, e que limitam o seu crescimento e sua tão

sonhada consolidação como pequenos produtores rurais, visto que ainda estão reféns de inúmeras questões, sendo essas provenientes tanto da falta de um acompanhamento técnico que deveria existir após a implantação, o que iria contribuir muito para a melhor estabilização desse assentamento, os assentados são ainda reféns das condições climáticas para poderem produzir, pois ainda não possuem água encanada em suas casas, tão pouco nos seus lotes, o que poderia viabilizar uma produção irrigada durante todo o ano. Houve no Projeto de assentamento João Amazonas como em tantos outros existentes em Sergipe e no Brasil, uma diminuição na união das famílias assentadas, porém a situação de movimento (de luta) reaparece ou fica mais sólida nos momentos de crise dos assentados em relação à falta de assistência governamental.

Outro desafio enfrentado por os camponeses assentados nesse projeto refere-se as condições do dolo, rochoso e de baixa fertilidade impede o desenvolvimento de certas atividades. A produção existente nesse PA é principalmente os cultivos de Macaxeira e Maracujá, sendo que este último é comercializado por alguns assentados na feira da cidade de Lagarto por aqueles que têm condições de levar sua produção até a cidade. Os que não possuem tais condições ficam submetidos a entregar sua produção a atravessadores, tendo pouco lucro, visto que os atravessadores compram a produção por um baixo preço e obtém grande lucro em cima desses e de tantos outros camponeses.

Devido às condições do solo já supracitadas, a produção de Macaxeira não é, ou muito dificilmente comercializada, isso porque ela apresenta uma qualidade não adequada ao mercado consumidor, sendo assim essa produção é direcionada para a alimentação animal.

No Projeto de Assentamento João Amazonas também existe a pratica da atividade pecuarista, com a criação de algumas cabeças de gado do rebanho bovino que são criadas com bastantes dificuldades, visto que os lotes não possuem uma pastagem que garanta a alimentação destes durante todo o ano sem uma complementação. Por esses motivos ainda alguns assentados criam animais de porte menor, ovinos e caprinos, por exemplo. A distancia entre os lotes emergem como mais um desafio na vida desses assentados, pois os lotes foram divididos em 3 parcelas devido as irregularidades existentes no solo do assentamento, esta fato dificulta a produção em todas as parcelas, o que acaba impedindo que seja extraído da sua terra uma renda maior, o que possibilitaria e ajudaria na consolidação desses camponeses como pequenos produtores rurais.

Os impactos proporcionados com a implantação do Projeto de Assentamento João Amazonas são sentidos internamente e externamente, e começa a ser sentido no momento inicial quando houve a implantação, pois uma grande fazenda onde apenas algumas cabeças de gado pastoreavam passou a ser

ocupada por 15 famílias que construíram suas casas e colocaram essa terra para exercer sua função social, produzir, apesar de todas as dificuldades. Outro impacto foi o aumento da população no município, devido a vários assentados serem provenientes de outros municípios. A produção dos assentados também torna-se um impacto na economia, pois o oferecimento de uma maior quantidade de produtos, acaba reduzindo os preços de tais produtos, beneficiando pessoas que não tem nenhuma ligação com o assentamento, o que acaba sendo um impacto externo. A criação de estradas para dar acesso ao assentamento também acabam beneficiando para além dos assentados, bem como os transportes que são disponibilizados para as crianças irem a escola, outras pessoas que moram nas proximidades acabam usufruindo deste serviço.

Ao observarmos tais impactos oriundos da implantação do PA João Amazonas vem reforçar a importância da luta pela Reforma Agrária, visto os benefícios que a implantação de projetos de Reforma Agrária proporciona, caso esta fosse efetivada devidamente iria beneficiar milhões de camponeses em todo o Brasil, havendo assim uma geração e distribuição de renda mais justa, porém o que existe como já foi destacado acima são medidas paliativas, a maioria dos assentamentos são oriundos da luta, o que mostra que as ações do governo ao assentar buscam apenas minimizar os conflitos existentes, e na maioria das vezes não oferecem as condições necessárias para que as famílias assentadas possam produzir e se estabilizarem como produtores rurais, e apesar de ainda não ser oferecidas essas condições as famílias assentadas afirmam que suas vidas encontra-se em situação melhor e isso deve-se ao fato de ter a terra.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Agropecuário 2006.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. (Org.). A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Segunda Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”. São Paulo: Hucitec. 1986.

MORAIS, Lucas Oliveira. MITIDIERO JR, Marco Antonio. O Projeto de Assentamento João Amazonas: desafios na transformação de famílias sem terra em famílias de pequenos produtores rurais. Porto Alegre: XVI ENG – Encontro Nacional de Geógrafos, 2010.

MORAIS, Lucas Oliveira. ALMEIDA, Luiz Carlos Tavares de. NASCIMENTO, Carlos Anderson. Os Impactos Territoriais do Assentamento João Amazonas no Município de Lagarto-SE. São Cristovão: I Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural. 2010;

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo. 1ª Edição. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2010.

Contato com o autor: lucasufs@yahoo.com.br, mitidierosp@yahoo.com.br

Recebido em: 08/08/2012

Aprovado em: 25/11/2012